

**Projecto de Investigação
2014/2015**

O livro em transição

Edição e comércio do livro em Portugal (1970-1980)

Orientadora: Prof.^a Doutora Maria Teresa Cortez

Co-Orientador: Prof. Doutor José Soares Neves (ISCTE-IUL)

Orientando: Rui Manuel Monteiro de Oliveira Beja

Aveiro, 1 de Junho de 2015

ÍNDICE

Nota introdutória.....	2
1. Originalidade da investigação no contexto dos Estudos Culturais.....	3
2. Objectivos e metodologia a utilizar.....	5
2.1. Objectivo Geral.....	5
2.2. Objectivos Específicos.....	5
2.2.1. O livro no estertor do Estado Novo.....	6
2.2.1.1. Conjuntura política e sociocultural em Portugal.....	6
2.2.1.2. Enquadramento internacional.....	7
2.2.1.3. Estratégias adoptadas por editores e livreiros portugueses.....	9
2.2.2. O livro no dealbar da democracia.....	13
2.2.2.1. Políticas públicas para a educação, o livro e a leitura.....	13
2.2.2.2. Transições no panorama da edição.....	16
2.2.2.3. O Círculo de Leitores, a divulgação do livro e os hábitos de leitura... 18	
2.2.2.4. Novos temas e novos públicos surgem com a democracia.....	20
2.2.3. O livro e o desenvolvimento sociocultural: os impactos da democracia.....	22
2.2.3.1. Hábitos de compra e leitura de livros.....	22
2.2.3.2. Práticas de leitura.....	25
2.2.3.3. Repercussões socioculturais	27
2.3. Metodologia.....	29
3. Literatura a incorporar/Considerações sobre a bibliografia.....	32
4. Calendarização do trabalho a desenvolver.....	37
5. Desafios e constrangimentos a considerar.....	37
6. Bibliografia.....	39
6.1. Bibliografia crítica/Bibliografia secundária.....	39
6.2. Legislação.....	43
6.3. Webgrafia.....	43

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1 – Modelo de análise.....	(6)
-----------------------------------	-----

ÍNDICE DE QUADROS

Quadro 1 – Dimensões de análise e métodos.....	(30)
Quadro 2 – Calendário para desenvolvimento das fases de investigação.....	(37)

NOTA INTRODUTÓRIA

Este projecto de investigação propõe-se evidenciar, de forma abrangente e sistematizada, as transformações que ocorreram na actividade editorial e livreira em Portugal durante a década de 70 do século XX, na conjuntura que precedeu a implantação da democracia em 25 de Abril de 1974 e lhe sucedeu, procurando concluir sobre o respectivo contributo sociocultural no contexto português. Um estudo original, porquanto não existe qualquer trabalho dedicado a esta temática, sendo que os vários estudos realizados e publicados sobre edição e comércio do livro em Portugal tendem a diluir-se por períodos temporais mais alargados e privilegiam outras componentes da indústria do livro e da sua relação com a política cultural.

Fruto de trabalho científico e de divulgação, de há muito desenvolvido por académicos e investigadores, é comumente conhecida e aceite a relação entre o grau de conhecimento e o desenvolvimento sociocultural e económico dos povos. É também consensual que as competências de leitura, em particular de livros, são essenciais para a evolução intelectual do ser humano. Por parte das instituições públicas nacionais e internacionais que tutelam a área da cultura existe igualmente, embora com níveis de empenhamento que variam entre os vários países, um generalizado envolvimento no estudo, acompanhamento e apoio à criação literária, à promoção da leitura e à divulgação do livro. Não será por mera casualidade que o livro é líder mundial, do ponto de vista económico, das indústrias de entretenimento (Wischenbart, 2013:5). No domínio das Indústrias Culturais e Criativas, a edição e o comércio do livro estão no epicentro da interdisciplinaridade, multiculturalidade, políticas públicas e acção cívica, que alicerçam as representações culturais, as construções identitárias e o estágio de evolução socioeconómica das comunidades (AAVV, 2006: 2; AAVV, 2014: 1).

O *modus operandi* e o impacto da actividade desempenhada por editores e livreiros em Portugal na década de 1970, num contexto de mudança de paradigma da indústria do livro a nível internacional e de transição política e cultural no nosso país, justifica o objectivo geral e os objectivos específicos traçados para este estudo. Aprofundar uma tão importante realidade no âmbito de uma investigação para doutoramento em conformidade com os princípios orientadores dos Estudos Culturais constitui um projecto que, assim se espera, poderá, por um lado, contribuir para um melhor enquadramento da edição e comércio livreiro no panorama cultural português nas vésperas da revolução de Abril e nos anos subsequentes à instauração

da democracia, e, por outro, concluir sobre os múltiplos desafios e impulsos que se colocaram a editores e livreiros com a mudança de regime.

Para o desenho deste projeto contribuiu o interesse de reflexão e preservação da memória sobre estes tempos de viragem, na sequência de obras antes publicadas (Beja, 2011; Beja, 2012), e a utilidade do contacto próximo com editores, livreiros e demais protagonistas, cujo testemunho é vital para obter informação inédita e relevante que complemente os dados disponíveis na pesquisa documental. A isto acresce uma estrutura de saberes que tem raízes em três décadas de exercício profissional do autor no sector da edição e comércio do livro, com início em 1971, prosseguido com o envolvimento nos correspondentes domínios associativo e académico.

1. ORIGINALIDADE DA INVESTIGAÇÃO NO CONTEXTO DOS ESTUDOS CULTURAIS

Ao ser concretizado de acordo com os princípios e metodologias que caracterizam os Estudos Culturais, este projecto viabilizará uma investigação aprofundada do impacto socioeconómico decorrente da inter-relação «democracia política – produção literária – pluralidade e diversidade editorial – divulgação do livro – hábitos de leitura – níveis de educação e literacia – desenvolvimento cultural», e espera-se que conduza a conclusões concretas e devidamente fundamentadas que vão para além das afirmações genéricas e dos lugares comuns tantas vezes repetidos em estudos de carácter mais geral sobre as grandes transformações culturais após 1974.

Os Estudos Culturais estão, conforme Maria Manuel Baptista, «geneticamente ligados a um modo de produção de análise cultural que faz convergir princípios e preocupações académicas com uma exigência de intervenção cívica, ou seja, articula inquietações simultaneamente teóricas e preocupações concretas com a *polis*.» (2009: 453). Ou, ainda de acordo com esta autora:

Os Estudos Culturais apresentam-se, desde a sua génese, menos como uma disciplina e mais como um ‘campo gravitacional’ para intelectuais de diferentes origens (Bennett, 1992). Entre as diversas formações dos investigadores que trabalham nesta área, destacam-se aqueles que são oriundos dos Estudos Literários, Linguística, Sociologia, História, Antropologia, Comunicação, Geografia, Estudos Fílmicos, Psicologia, Educação e Filosofia; menos presentes, mas por vezes participantes empenhados no desenvolvimento de projectos de investigação em Estudos Culturais, encontram-se economistas, juristas e peritos em relações internacionais.

Apesar desta diversidade, o que não podemos deixar de sublinhar é que daqui resulta um cruzamento disciplinar que não é só mistura caótica mas, frequentemente, verdadeira interdisciplinaridade que procura resolver um conjunto de problemas culturais através do uso de paradigmas teóricos, metodológicos e estilísticos de origem diversa (Baptista, 2009: 455-456).

No caso deste projecto, no quadro multidisciplinar da investigação cruzam-se as diversas áreas das Humanidades e das Ciências Sociais e Políticas, com realce para a História do Livro e a Sociologia da Cultura e, mais especificamente, do Livro e da Leitura. O estudo passa igualmente por aspectos específicos do desenvolvimento das competências da leitura e da escrita indispensáveis nas sociedades contemporâneas, seja na perspectiva da sociedade da informação como da sociedade do conhecimento (Ávila, 2008).

A motivação para levar a cabo esta investigação enquadra-se na vontade de conjugar a experiência profissional adquirida com uma postura pessoal de responsabilidade cívica assumida como indispensável à preservação e fomento da democracia cultural, entendida e sustentada no que João Teixeira Lopes define como «dignificação social, política e ontológica de todas as linguagens e formas de expressão cultural e na abertura de repertórios e de campos de possíveis, condição *sine qua non* para a expressão e escolha livres». (2009: 9). A este respeito, leia-se ainda Barker:

Os estudos culturais constituem um corpo de teoria construída por investigadores que olham a produção de conhecimento teórico como uma prática política. Aqui, o conhecimento não é nunca neutral ou um mero fenómeno objectivo, mas é questão de posicionamento, quer dizer, do lugar a partir do qual cada um fala, para quem fala e com que objectivos fala (*apud* Baptista, 2009: 453).

A confluência dos factores enunciados potencia uma abordagem original, acrescentando perspectivas de análise e formulação de conclusões validadas por conceitos portadores de sensibilidades interdisciplinares que são próprios dos Estudos Culturais (Barker, 2012).

Procura-se viabilizar a complementaridade entre o pragmatismo técnico e o olhar sociopolítico. Uma perspectiva diferenciadora de outros estudos sobre o livro e a leitura que se pautam por abordagens disciplinares específicas, predominantemente nos domínios histórico ou sociológico

2. OBJECTIVOS E METODOLOGIA A UTILIZAR

O estudo que me proponho realizar orienta-se pelos objectivos que passo a definir e esclarecer.

2.1. OBJECTIVO GERAL

Demonstrar, com suporte em dados qualitativos e quantitativos provenientes de fontes secundárias e primárias, qual o contributo da edição e comércio do livro para o desenvolvimento sociocultural ao longo da década de 70 do século XX, (rica de acontecimentos que marcam indelevelmente a história de Portugal e do mundo do livro no nosso país), constitui o tema central e propósito maior desta investigação. Trata-se pois de um estudo relativo ao período crucial que medeia entre o estertor do regime opressivo estadonovista e o início da consolidação do regime democrático iniciado em Abril de 1974.

Pretende-se desenvolver uma investigação que, para além de evidenciar as transformações ocorridas no domínio do livro, as enquadre no contexto histórico e político de então. Um contexto de viragem, de vincadas rupturas, também numa perspectiva sociocultural, que marcará profundamente a evolução da edição e do comércio livreiro. A descrição e discussão destes entrecruzamentos será alicerçada em modelos de abordagem polissistémica propostos pelos Estudos Culturais.

Este projecto implicará investigar todo um conjunto de acções, personalidades e instituições, que, num cenário de transição e de viragem política, impulsionaram de forma decisiva um processo de modernização e internacionalização da indústria cultural do livro em Portugal. Paralelamente, o projecto em curso implicará também investigar as interacções entre uma sociedade desafiada a uma célere mudança de mentalidades, em tempos de transição da ditadura para a democracia, e a evolução da cena editorial. Perspectiva-se, portanto, um trabalho abrangente, plurifacetado, extenso e intenso, conforme resulta dos objectivos específicos que em seguida se enumeram.

2.2. OBJECTIVOS ESPECÍFICOS

Tendo em conta o Objectivo Geral que enforma o Projecto de Investigação, o estudo a desenvolver passa pela definição de Objectivos Específicos que permitam

orientar a investigação, por forma a concluir sobre a evolução do livro e do mundo da edição em Portugal nos anos 70 .

A investigação d'«O livro no estertor do Estado Novo» e d'«O livro no dealbar da democracia», será estruturante na dissertação e são os dois grandes planos que permitirão contextualizar e fundamentar as considerações e conclusões relativas a «O livro e o desenvolvimento sociocultural: os impactos da democracia». No seu todo, constituem os três planos em que, na perspectiva do livro como instrumento de leitura, se enquadram as várias subdimensões do modelo de análise, conforme diagrama sintético (figura 1):

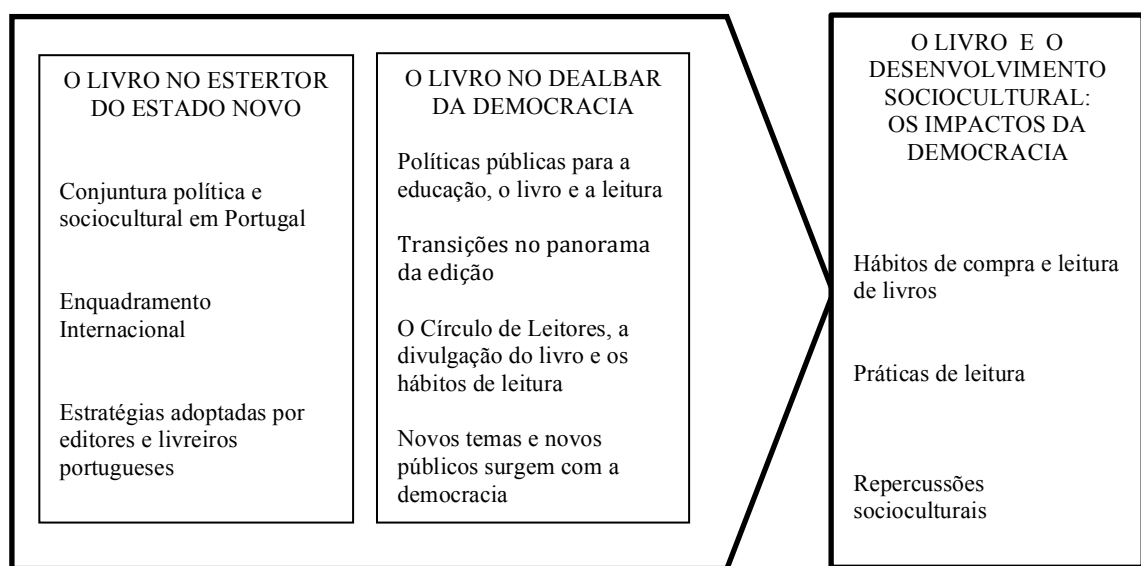


FIGURA 1 MODELO DE ANÁLISE

2.2.1. O LIVRO NO ESTERTOR DO ESTADO NOVO

Objectivo: percorrer as transformações ocorridas na indústria do livro nacional à luz da conjuntura política e sociocultural no nosso país, do contexto internacional, e das estratégias adoptadas por editores e livreiros no período final do Estado Novo, evidenciando o estágio de divulgação do livro no Portugal de então.

2.2.1.1. Conjuntura política e sociocultural em Portugal

Num domínio que só por si tem dado lugar a múltiplas investigações, entende-se apropriado, embora não sendo objectivo deste trabalho explorar a

conjuntura, traçar-se o contexto histórico-político, socioeconómico e cultural, reportando-nos, entre outros estudos, à cronologia elaborada por Joaquim Vieira (2000a: 23-25; 2000b: 23-25).

Sendo certo que o ano de 1961 é marcante por se ter então desencadeado a guerra colonial que iria durar até à revolução de 25 de Abril de 1974, é no ano de 1968 que, com o termo da carreira política de Salazar e os efeitos da sua substituição por Marcelo Caetano na chefia do governo, o antigo regime entra inexoravelmente em colapso. O alastramento e escalada da guerra colonial e a respectiva condenação pela comunidade internacional da política portuguesa em África, as dissensões no interior do partido único que levam à prevalência da ala mais radical, a constituição da «ala liberal», o falhanço da prometida «primavera marcelista», a contestação dos movimentos estudantis, o maior activismo da oposição e uma sucessão de outros acontecimentos contrários à política opressiva e obscurantista estabelecida culminam com a constituição do movimento dos capitães, que levaria à ansiada, e celebrada, queda da mais antiga ditadura europeia em 25 de Abril de 1974.

No sentido de perspectivar os temas a aprofundar no âmbito da investigação, importa realçar, de uma componente sociopolítica e cultural que predominou até 25 de Abril de 1974, uma instituição, a Censura Prévia, a qual, a 5 de maio de 1972, passou a designar-se Exame Prévio.

Esta limitação à criatividade e ao conhecimento teve grandes repercussões na autocensura, uma das formas mais insidiosas de cercear o exercício da liberdade de expressão.

2.2.1.2. Enquadramento internacional

A nível mundial assistiu-se, no começo dos anos sessenta do século XX, a uma profunda alteração na estrutura proprietária e modelo de negócio da indústria editorial, iniciada nos países anglo-saxónicos. John B. Thompson é claro ao enunciar os factos e referir a sua repercussão para o futuro da indústria do livro:

By the early 1960s the landscape of trade publishing in the United States and Britain, which had been characterized by a plurality of independent publishing firms, had begun to change. Large corporations began to take an interest in the publishing industry at the same time as many

of the owners of publishing houses became interested in selling. A wave of mergers and acquisitions swept through the industry, beginning in the early 1960s and continuing through to the present day.

[...]

The rise of the publishing corporations is a complex story which defies simple explanations. To make sense of this transformation we have to see that there were many different facts involved, some personal, some structural, and that each merger and acquisition involved some specific combination of these facts depending on the circumstances of the individuals and organizations involved. We also have to see that there were ‘push’ and ‘pull’ facts, in the sense that there were some facts that inclined or impelled a publishing house to sell and other facts that made a corporation interested in buying. (2010:102-103).

Esta autêntica «revolução» na indústria do livro não teve repercussão imediata em Portugal, devido à persistência do modelo de negócio familiar. Pretende-se, no âmbito deste projecto, fazer uma análise comparativa da realidade nacional e internacional.

No mesmo sentido de grandes alterações na indústria do livro, constata-se que é também no princípio dos anos 60 do século XX que o clube generalista Bertelsmann Lesering, o maior e mais relevante clube europeu de venda de livros (cuja primeira revista-catálogo foi publicada em Novembro de 1950 na Alemanha), se internacionaliza.

De acordo com a pesquisa exploratória já realizada a este propósito, o modelo de negócio dos clubes do livro fora modernizado, passando de associações em que os respectivos subscritores recebiam publicações automaticamente como retorno da sua quota a clubes de venda de livros com base em princípios tão simples quanto eficazes: angariar associados com o compromisso de compra de um livro por trimestre, disponibilizar uma revista-catálogo com selecção e informação úteis sobre o que é editado, tanto no âmbito nacional como internacional; proporcionar um serviço cómodo e personalizado, para entrega dos livros encomendados; e otimizar a relação preço-qualidade através da prática de preços vantajosos para os seus associados. A flexibilidade adoptada na aplicação destes princípios possibilitou o ajustamento às especificidades culturais, económicas e sociais de cada país.

Esta inovação, que, ainda de acordo com a pesquisa exploratória, se destinava a ultrapassar as barreiras económicas e logísticas que constriam o mercado editorial e livreiro na Alemanha do pós-guerra, teve um sucesso assinalável e, em 1962, a Bertelsmann, que contava já com quatro milhões de associados no clube alemão, fez nascer os primeiros clubes de livro noutros países europeus. Nesse ano criou em Espanha o Circulo de Lectores (Rojo, 2008), com o enorme sucesso expresso na adesão de meio milhão de sócios em curto período de tempo. Estava aberto o caminho para a abertura de novos clubes, tendo-se de imediato seguido o ECI voor Boeken na Holanda, o France Loisirs em França, e, embora mais tarde, Portugal, com o Círculo de Leitores.

A grande receptividade que os clubes do livro mereceram constituiu o ponto de partida para o desenvolvimento do que viria a tornar-se o maior grupo europeu (e um dos maiores grupos internacionais) de meios de comunicação, também acionista maioritário da líder mundial da edição, a Penguin Random House, resultante da fusão das duas maiores casas editoriais (Penguin do grupo Pearson e Random House do grupo Bertelsmann), que, a partir de 2013, passou a ser detida pela Bertelsmann em 53% e pela Pearson em 47% (Bertelsmann, 2015).

E em Portugal? Como ocorreu o aparecimento de clubes do livro e que evolução tiveram? No começo da década de 70, mais precisamente a 16 de Outubro de 1970, chegaria a vez de a Bertelsmann constituir o Círculo de Leitores. Com que impacto imediato e com que evolução e influência na divulgação do livro e na promoção de hábitos de leitura no nosso país? Trata-se de um aspecto importante a desenvolver em item específico a partir da bibliografia disponível (designadamente Brasão & Domingos, 2006; Beja, 2011) e de fontes primárias a seguir explicitadas.

2.2.1.3. Estratégias adoptadas por editores e livreiros portugueses

A investigação a realizar para identificar estas estratégias passará pela consulta de bibliografia já publicada sobre a edição em Portugal, pela pesquisa de outros documentos e pela realização de entrevistas.

De entre a bibliografia a que já foi possível aceder durante o período de preparação do Projecto de Investigação, estão identificadas diversas obras que, adequadamente articuladas, viabilizarão o objectivo pretendido. Passaria a destacar as que se me afiguram mais relevantes.

No seu estudo *Edição e Editores: O mundo do livro em Portugal, 1940-1970*, Nuno Medeiros identifica os aspectos que caracterizam globalmente a actividade editorial no nosso país no período de estertor do Estado Novo:

O fim da autarcia em que o Estado Novo vinha funcionando é definitivamente abalado pelas ondas de choque das eleições de 1958, amplificadas pela eclosão da guerra colonial e pelas transformações sociais dos anos 60. O mundo da edição participa activamente na configuração contextual de mudança, lançando as bases tipográficas do descontentamento e balizando os moldes da sua circulação. No mapa das mutações da paisagem do livro português é possível cartografar a modernidade temática e de géneros com inovação, redefinição e revisitação de processos e estéticas. No plano estrutural, todavia, o campo editorial nacional permanece essencialmente inalterado, mantendo abissal distância com a metamorfose que se começa a viver nos mercados maiores. Sem incorporações nem fusões, continuam a emergir projectos comercialmente sólidos, que convivem com outros puramente culturais. O papel editorial é ainda apanágio de personalização. (2010: 205).

Também no estudo *Mercadores de Letras: Rumos e Estratégias dos Editores e Livreiros na Divulgação Cultural durante o Estado Novo (1933-1974)*, Pedro Jorge de Oliveira Pereira visa sintetizar a evolução da actividade editorial de divulgação cultural durante o regime de ditadura, a partir da análise dos dados disponíveis relativos a duas editoras (Edições Cosmos e Publicações Europa-América) no contexto de outras editoras de divulgação cultural que lhe surgiram como as mais significativas no âmbito da influência social da oposição democrática. Para o efeito pretendido utilizou como metodologia a entrevista a editores cruzada com análises de catálogos e retirou como conclusão das conclusões a que chegou:

As sociedades modernas, fundadas na herança cultural do Ocidente, afirmam-se pela cidadania, construindo uma complexa teia de regulamentos que traduzem os direitos e os deveres individuais e sociais de uns com os outros. Essa herança é fundamentalmente uma postura cultural, sucessivamente reconstruída sobre os fundamentos societários. O canal por

excelência onde estes fundamentos penetram no tecido social, para além da influência do grupo de pertença, é constituído pelo livro, porque é o livro que fixa a forma. O livro tem que ser possuído, usado, sentido como disponível, independentemente da sua dependência tecnológica. A melhor forma de ele viver é o seu manuseamento. Manusear um livro é já um acto de cultura. Mas é na leitura e na cumplicidade criada entre o livro e o pensamento que se baseia a construção cultural (Leite, 2003: 157).

Por outro lado, numa perspectiva política, houve uma quantidade assinalável de editores que tiveram um papel significativo no período que precedeu a queda do Estado Novo e a sucedeu. Flamarion Maués Silva (2013) apresenta em *A edição política em Portugal: livros que tomam partido, 1968-80* um estudo detalhado desta realidade, incluindo o tipo de actuação, motivações, organização, intervenção sociopolítica e dimensão da actividade desenvolvida na perspectiva da edição de carácter político. Este trabalho de doutoramento em História Social mostra que existiram pelo menos 137 editoras que publicaram livros de carácter político em Portugal entre 1968 e 1980, tendo editado cerca de 4.600 títulos políticos no período.

No que se refere aos anos após Abril, o referido autor constata, perante os dados recolhidos e as entrevistas efectuadas que:

Um dos aspectos mais importantes de toda essa ampla difusão de livros políticos é que a história e a realidade mais recentes de Portugal começaram a vir a público e a ser conhecidas por amplas camadas da sociedade, de uma maneira totalmente diferente do que ocorria durante a ditadura. E isso certamente foi importante para ajudar a transformar o país.

Assim, as editoras de carácter político – e as obras por elas editadas – foram um destacado sujeito do processo político português, seja nos anos que antecederam ao 25 de Abril, seja no processo desencadeado a partir daquele momento.

A ligação entre edição e política nesse período foi tão forte que verificamos que a mesma conjuntura de intensificação das lutas sociais que gerou o substrato para o surgimento de muitas das editoras políticas foi também o fator que levou, quando do seu refluxo e do fim do período revolucionário, ao fechamento de muitas dessas editoras (Silva, 2013: 469).

Tendo em vista caracterizar o panorama da edição neste fim de regime, uma outra fonte que se considera relevante é o Depósito Legal, já utilizada em estudos sobre o sector do livro em períodos recentes (Neves *et al.* 2012a; Neves, Beja, Santos & Santos, 2014), e que importa abordar para o período em causa na presente tese.

No que se refere ao comércio livreiro, os anos finais do antigo regime coincidem com o início de um período de transição no modelo e na forma de exercício da actividade, que, no princípio dos anos 70, iria passar pela abertura de livrarias nos centros comerciais então surgidos nas grandes cidades (Neves, Beja, Santos & Santos, 2014: 123). Ainda prevalecem, no entanto, os livreiros que exercem um mister personalizado e as livrarias tradicionais, de rua, que são também ponto de encontro de leitores e lugar de tertúlia de intelectuais e escritores. Recorde-se que estas livrarias exerceram um relevante papel sociopolítico e eram locais muito vigiados pelos censores do regime, que os consideram perigosos focos de conspiração e de divulgação de ideias e leituras contrárias à ideologia do Estado Novo:

Clara Barata e Luís Miguel Queirós são autores de um trabalho apresentado no suplemento Leituras do jornal «Público» de 11 de Junho de 1994. Chama-se *Livrarias no Regime Fascista* e nele alguns intervenientes recordam as suas experiências desse tempo: *Reunia-se aqui muita gente conotada com a oposição à ditadura* – explica Fernando Fernandes, que acompanhou todo o percurso da *Livraria Divulgação* e passou a sócio-gerente da *Livraria Leitura*. Antepassada da actual *Leitura*, a *Divulgação* foi, no Porto, ao longo da década de 60, a mais importante livraria da oposição.

Conforme palavras dos autores do texto do «Público»: *à sorrelfa, arranjavam-se os livros dos quais o regime não queria que se ouvisse sequer falar. Escondiam-se em vãos de estantes, paredes falsas, ou até em baldes de tinta, e só se vendiam a clientes de confiança – “por debaixo do balcão”, embrulhados em papel pardo.* (Brandão, 2012)

Muita da informação a obter no decurso da investigação, para evidenciar de forma global e sistematizada as transformações que ocorreram no âmbito da actividade editorial e livreira em Portugal durante a década de 70 do século XX, e

a sua relação com o contexto político e sociocultural anterior e posterior à implantação da democracia em 25 de Abril de 1974, decorrerá igualmente dos testemunhos resultantes de entrevistas com observadores privilegiados a seleccionar face ao conhecimento substantivo e específico que possuem. Uma componente de grande sensibilidade e importância para o sucesso deste estudo, pela vertente de recolha de contributos junto de protagonistas relevantes. Este ponto será desenvolvido em «2.3. Metodologia», dado que se prende com opções metodológicas.

2.2.2. O LIVRO NO DEALBAR DA DEMOCRACIA

Objectivo: identificar o ponto de partida e as políticas públicas nos domínios da educação, do livro e da leitura, caracterizar os modelos de negócio emergentes na edição e comercialização, especificar as abordagens usadas e as concretizações alcançadas por protagonistas que neste período se destacaram no mundo do livro e ainda assinalar temas e públicos que surgiram.

2.2.2.1. Políticas públicas para a educação, o livro e a leitura

A situação a que o país chegara durante o Estado Novo quanto aos níveis educativos, e desde logo quanto ao analfabetismo, se bem que com evolução positiva ao longo do século XX, era ainda confrangedora: «Em 1960, Portugal apresentava uma taxa de analfabetismo de 34%, enquanto trinta anos antes, em 1930, esta se situava em 62% e, em 1900, em pleno início do século XX, nos esmagadores 74%» (Teodoro & Aníbal, 2007: 14). Até Abril de 74 pouco mais foi feito em prol da educação, excepto a profunda embora serôdia reforma do ensino protagonizada por Veiga Simão em 1973.

Foi num cenário culturalmente amordaçado que o país entrou na fase derradeira do Estado Novo. No entanto, os efeitos de contexto faziam-se já sentir e os portugueses estavam ávidos de mudança. O livro, um livro, iria constituir-se como elemento relevante no «movimento dos capitães», a causa próxima que levou ao derrube do regime de Salazar e Caetano: *Portugal e o Futuro*, da autoria do vice-chefe do Estado Maior das Forças Armadas, general António de Spínola, publicado em 23 de Março de 1974 pela Editora Arcádia com autorização do mais alto representante da estrutura militar, general Francisco da Costa Gomes.

Foi o golpe de morte no regime ditatorial. A liberdade estava em marcha. A «Revolução dos Cravos» eclodiu em 25 de Abril. Uma liberdade amplamente saudada que iria passar por um muito conturbado «processo revolucionário em curso», o PREC, antes que a normalidade democrática começasse a dar os seus frutos quando a década de 70 já se encaminhava para o fim, um período em que se esboçaram algumas iniciativas tendentes a esbater os elevados níveis de analfabetismo. Como refere José Soares Neves, «Na conjuntura revolucionária portuguesa (1974-1976) foram inúmeras as iniciativas visando a alfabetização de adultos. Entre outras, ficaram famosas as «campanhas de alfabetização» levadas a cabo por associações estudantis, bem como a acção da então Direcção-Geral de Educação de Adultos» (2011: 89).

Na educação, o período revolucionário é assim caracterizado por Eduardo Marçal Grilo:

O período considerado é, para o sector da educação, um dos períodos mais conturbados de toda a história da educação em Portugal. Durante cerca de dois anos, o País viveu nas escolas, nas universidades, no próprio Ministério da Educação uma situação caracterizada por uma incontida vontade de democratizar o sistema «alterando o que estava», a que se juntou a ideia de «sanear» o ministério e a escola de todos os elementos considerados afectos ao regime que vigorou até Abril de 1974.

A democratização rapidamente se transformou em anarquia, dado não existir liderança política capaz de conter os excessos que inevitavelmente teriam de ocorrer após cerca de cinco décadas de um regime autoritário. As alterações que se tentaram introduzir, tanto nos sistemas de ensino básico e secundário como no ensino superior, acabaram, na maior parte dos casos, por se saldar num enorme fracasso, uma vez que não havia nem estruturas nem agentes com capacidade para executar as medidas que eram pensadas nos gabinetes (1994: 406-407).

Ultrapassado o PREC, foi possível, com a estabilização do regime democrático e das respectivas instituições, iniciar-se a introdução de alterações no sistema de educativo que, embora fortemente pressionadas pela sua massificação e democratização, propiciaram as bases de um forte crescimento e melhorias

qualitativas assinaláveis cujo impacto se viria a revelar mais tarde. Como escreve o referido autor:

De uma forma genérica, pode-se afirmar que as alterações estruturais que foram sendo introduzidas a partir de 1978 assentam numa perspectiva e num fio condutor comuns, que são consagrados com a aprovação, em 1986, da Lei de Bases do Sistema Educativo (Grilo, 1994: 409).

Quanto à divulgação do livro e ao estímulo da leitura, coubera à Fundação Calouste Gulbenkian substituir-se à inacção do Estado Novo, nomeadamente no que se refere à leitura pública:

A construção de uma estrutura de leitura pública em Portugal foi obra pioneira de uma instituição da sociedade civil, a Fundação Calouste Gulbenkian. Apesar do contexto político adverso, com um Estado central avesso a responsabilidades na promoção cultural, a FCG soube usar o seu estatuto jurídico-institucional de excepção para colmatar as graves lacunas existentes no sector da leitura pública (Melo, 2005: 84)

Em 1975 foi criada no âmbito do Ministério da Comunicação Social a Secretaria de Estado da Cultura, que incluía a Direcção-Geral de Acção Cultural, sendo umas das justificações para essa iniciativa a seguinte: «Considerando que o conceito de dissociabilidade da informação e da cultura resulta de uma hierarquização que, rebaixando a primeira ao nível do utilitário, chegou a rebaixar a segunda no sentido de uma especialização socialmente minoritária» (Decreto-Lei n.º 409/75 de 2 de Agosto). Quais as políticas para o livro e a leitura que terão ou não sido postas em prática na área da cultura ao nível dos governos no período pós 25 de Abril é matéria que será aprofundada no decorrer da investigação, tendo como ponto de partida o estudo sobre políticas culturais nacionais efectuado no âmbito do OAC – Observatório das Actividades Culturais, designadamente quanto aos sucessivos governos e organismos de tutela da cultura (Santos *et. al.*, 1998: 452-453).

Só em 1980, com a estabilização da normalidade democrática, foi criado o Instituto Português do Livro, na dependência da Secretaria de Estado da Cultura e

tendo como seu primeiro responsável o escritor António Alçada Baptista, que se manteve nessas funções até 1985. O apoio à edição de livros, leitura pública e estímulo da leitura inicia-se com o programa «Apoio à Edição», lançado em meados da década de 80, que constitui a primeira das medidas de políticas culturais nacionais implementadas pelo novo organismo (Neves, 2011: 96-103). Um campo fértil para análise e obtenção de conclusões que tenderão a constituir-se relevantes no âmbito da investigação.

2.2.2.2. Transições no panorama da edição

Aportar reflexão adicional e relevante sobre a evolução, abordagens e concretizações da edição e seus protagonistas na histórica década de 70 do século XX em Portugal constitui um importante objectivo específico do Projecto de Investigação. Para esse efeito, serão utilizadas fontes secundárias – designadamente o trabalho de investigação já desenvolvido (Beja, 2011; Beja, 2012) e que agora será aprofundado - e primárias, parte das quais se encontram abaixo referidas (vd. *infra*, p. XXXI).

O prenúncio de mudança no mundo editorial começou a sentir-se em Portugal ainda nos anos 60. As cerca de quatro dezenas de editoras com maior expressão relativa no início desse período aumentaram significativamente para meia centena aquando da entrada na década seguinte. Apesar das restrições censórias que vigoraram até ao último dia do Estado Novo, o “sangue novo” veio então acrescentar dinâmica e qualidade à edição. Nesse conjunto plurifacetado de novos projectos editoriais incluíam-se editoras incontornáveis na história da edição em Portugal, como: Editorial Estampa, Editorial Presença e Prelo Editora (1960), Edições Afrontamento e Edições Lidel (1963), Edições Afrodite e Publicações D. Quixote (1965), Selecções do Reader’s Digest. (1967), Editora Ulmeiro (1969), conforme dados recolhidos em fontes diversas, tais como relatórios associativos e informação divulgada pelas empresas editoriais.

Na década de 1970 foram constituídas várias editoras de relevo e com actividade diversificada, nomeadamente: Edições 70 e Círculo de Leitores (1970), Assírio & Alvim, Plátano Editora e Rei dos Livros (1972), Editorial Teorema (1973), Editora & Etc. e Editorial Vega (1974), Perspectivas e Realidades e Editorial Caminho (1975), Texto Editora e McGraw-Hill (1977) e Antígona (1979), de acordo com os dados recolhidos nas fontes mencionadas a propósito da

década anterior. No geral, a quantidade assinalável de editoras constituídas nestas duas décadas, e na que se lhe seguiu, contribuiu para a liberdade de expressão instituída em 25 de Abril. Esse interesse pela edição foi, por sua vez, determinante para que o livro passasse a cumprir em pleno a função de difusor privilegiado de conhecimento plural e diversificado.

Para além do levantamento das editoras então constituídas, há que salientar, do ponto de vista dos objetivos da presente tese, os contributos que podem advir da realização de entrevistas com editores que tomaram a iniciativa de as criar no período em análise e que, aliás, na sua maior parte, ainda hoje constituem valioso pilar das casas editoriais que fizeram nascer, quer estas conservem ainda o estatuto de editoras independentes quer continuem como chancelas integradas em grupos editoriais.

A associação virtuosa entre liberdade de expressão, progresso na gestão editorial e apetência dos leitores pela literatura nacional despertou o interesse por escritores portugueses clássicos e pelos contemporâneos de créditos já firmados, mas também por uma plêiade de novos escritores, mais ou menos jovens, que então despontaram e que irá constituir uma geração que se tornará conhecida pela qualidade literária e pela grande receptividade junto do público leitor.

Entre o grupo de escritores que começaram a notabilizar-se após o 25 de Abril, destacam-se: António Lobo Antunes (n. 1942), António Manuel Pires Cabral (n. 1941), Fernando Dacosta (n. 1945), Hélia Correia (n. 1949), João Aguiar (n. 1943; f. 2010), João de Melo (n. 1949), Joaquim Pessoa (n. 1948), José Saramago (n. 1922; f. 2010), Lídia Jorge (n. 1946), Mário Cláudio (n. 1941), Mário Zambujal (n. 1936), Teolinda Gersão (n. 1940).

No estudo a desenvolver, a componente resultante das entrevistas será, conjuntamente com vária documentação existente, fundamental para complementar a informação que permitirá caracterizar o panorama geral da edição e da criação literária no período em análise.

Para além da documentação já citada em vários pontos deste projecto, e de outra que venha a ser acolhida, foi já identificada a seguinte bibliografia: entrevistas com os editores Fernando Guedes (Costa, 2012) e Carlos da Veiga Ferreira (Costa, 2013), como também de brochura em homenagem ao editor António Carlos Manso Pinheiro (Pinheiro, 2007); publicações comemorativas de efemérides relativas aos 40 anos da Editorial Verbo (Verbo, 1998) e aos 50 anos

da Editorial Presença (Presença, 2010), bem como crónicas sobre a Bertrand Editora (Saraiva, 1979), a Parceria António Maria Pereira (Pereira, 1998), a editora Livraria Moraes (Tamen, 2006) e a fundadora das Publicações D. Quixote, Snu Abecassis - (Pinto, 2011).

Embora num outro contexto, revestem-se também de interesse um projecto de mestrado – do Mestrado em Estudos Editoriais na Universidade de Aveiro - sobre a Civilização Editora (Cravo, 2009) e relatórios de estágios do mesmo mestrado efectuados nas Edições Almedina (Portela, 2009) e nas Edições Afrontamento (Antunes, 2011), e ainda um livro produzido por estudantes de mestrado em Edição de Texto que versa a actividade das editoras Antígona, Matéria-Prima, Teodolito, Zéfiro e Planeta Tangerina (Duarte *et. al.*, 2013).

2.2.2.3. O Círculo de Leitores, a divulgação do livro e os hábitos de leitura

Na análise da década de 70 do século passado quanto à edição e comercialização do livro, o Círculo de Leitores é incontornável. Um retrato daquela que foi também a primeira década de vida deste clube do livro consta de uma reflexão sobre os 30 primeiros anos do Círculo de Leitores (Beja, 2011), obra que se retoma adiante de modo a situar a relevância do inovador modelo de negócio, referência para alcançar o objectivo geral da tese.

A criação deste clube do livro em Portugal no primeiro ano da década de 70 do século XX prenuncia e contribui para a mudança que, nos anos que se seguiram, fará evoluir uma comunidade então maioritariamente inculta e rural. O Círculo de Leitores nasceu e cresceu numa relação paralela com a instituição da democracia em Portugal, para ela contribuindo por via da divulgação do livro e da promoção dos hábitos de leitura e dela colhendo as virtudes da implantação das liberdades cívicas e de expressão.

O modelo de negócio, totalmente inovador em Portugal como se comprovou já (Beja, 2011), seguiu os princípios dos seus congéneres europeus: angariação de associados com obrigação de compra de um livro por trimestre; edição e distribuição gratuita aos associados de uma revista-catálogo com selecção e informação sobre os livros editados em cada género literário; prestação de um serviço pessoal e personalizado, ao domicílio; e uma relação preço-qualidade vantajosa para os associados.

A actividade arrancou no 1.º trimestre de 1971 e as primeiras revistas-catálogo publicadas seguiam objectivos a que se tinha proposto: promover a cultura e os autores portugueses, divulgar os clássicos universais e dar a conhecer as melhores obras contemporâneas. A oferta editorial foi sendo alargada em consonância com uma assinalável receptividade do público, especialmente tendo em conta a realidade de um país no qual, à época, a censura e a perseguição aos escritores coexistia com elevado nível de analfabetismo. No final de 1972 contava com mais de 150 000 associados¹ e em 1973 atingiu um milhão de livros vendidos (Círculo de Leitores, 2001: 8)

O ano de 1974 foi de grande turbulência, fruto dos acontecimentos que caracterizaram o PREC, e os efeitos da liberdade conquistada em 25 de Abril começaram a fazer-se sentir nas obras publicadas. A abolição da censura veio potenciar junto dos leitores a apetência pelos livros e autores até aí vetados pelos censores e os temas de carácter político e sexual. O Círculo de Leitores procurou renovar e ampliar o seu catálogo:

1974. No ano em que tudo mudou, O Círculo de Leitores continua a incentivar os hábitos de leitura dos portugueses – acrescentando ao seu catálogo os nomes de Nietzsche, Beckett, Sartre, Camus, Lampedusa, Queneau ou Jorge Amado – para além de poder iniciar, finalmente, a publicação de obras de debate político (Círculo de Leitores, 2001: 9).

Em 1975 a empresa ressentiu-se financeiramente dos efeitos do PREC. O presidente da Bertelsmann, Reinhard Mohn (Middelhoff, Schulte-Hillen & Thielen, 2001), deslocou-se a Portugal para decidir a continuidade do clube. A decisão foi positiva. No final de 1975 o clube contava 300.000 associados (Círculo de Leitores, 1995: 31).

As «campanhas» para promoção e venda de livros, música e outros produtos disponibilizados pelo Círculo, iniciadas em 1976, constituíram uma inovação bem sucedida. Disso constitui exemplo significativo a edição de *Obras completas de Júlio Dinis*, em nove volumes, lançada no IV trimestre de 1979:

¹Nota informativa utilizada em Beja (2011): *Nota Informativa*, distribuída aos meios de comunicação em 11 de Dezembro de 1972.

110.000 associados aderiram² comprometendo-se com a aquisição de 990.000 livros.

A receptividade alcançada pelo Círculo de Leitores ao longo dos anos 70 do século XX decorre dos princípios de funcionamento deste clube do livro, atento às carências lúdico-culturais, de formação e de informação que então se faziam sentir em Portugal. Neste contexto, ao longo de uma década ascendeu da condição de canal alternativo de distribuição de livros, com que iniciou a actividade em 1971, a líder do mercado editorial e livreiro com meio milhão de sócios, mais de 17 milhões de livros vendidos e um índice de reconhecimento público superior a 90% (Círculo de Leitores, 2001: 21).

Considerando a importância do papel desempenhado pelo Círculo na divulgação do livro e na promoção dos hábitos de leitura ao longo da década de 70 do século XX usarei, salvaguardando a indispensável objectividade, os conhecimentos e dados que a actividade profissional de 30 anos no clube do livro me propiciaram para consubstanciar factos e indicadores que se afiguram relevantes na avaliação das transformações ocorridas durante esta década na edição e comércio do livro em Portugal.

2.2.2.4. Novos temas e novos públicos surgem com a democracia

O fim da censura e as múltiplas iniciativas editoriais nascidas com o dealbar da democracia alargaram a apetência dos leitores frequentes a temas novos ou antes proibidos, fomentaram o interesse pelo livro em muitos outros portugueses, e a todos proporcionaram o acesso livre mas também mais fácil e melhor informado à leitura.

A concretização do estudo passará, no que se refere à evolução dos temas publicados e à caracterização dos hábitos de compra e de leitura de livros, pela pesquisa de dados secundários adicionais, e pela colocação, aos entrevistados, de questões cuja resposta permita verificar as constatações aqui apresentadas com base nos dados por ora disponíveis.

Eduarda Dionísio resume desta forma o período compreendido entre Agosto de 1974 e Setembro de 1975, que caracteriza de «Revolução Cultural»:

² Nota informativa utilizada em Beja (2011): In *Revista Círculo de Leitores*, IV trimestre 1980, p. 36

Os próprios números dizem que o consumo de produtos culturais aumentou em 1975. Mais sete milhões de livros do que em 1974 (os de ciências sociais e política quase duplicam); maiores tiragens médias; mais editores e mais publicações periódicas, se bem que a sua tiragem desça – fenómeno que se regista desde 1972. Durante o Verão de 1974 começa a procura dos textos dos movimentos de libertação africanos e, sistematicamente, os clássicos do marxismo (sobretudo Lenine), numa grande rotação de novidades. Depois do 11 de Março, o panorama das vendas já não é o mesmo: apesar da política e o sindicalismo continuarem a ser os grandes êxitos editoriais, a literatura vai reaparecendo (reedições), os depoimentos pessoais e sobretudo os livros «eróticos» começam em ascensão. Em Setembro de 1975, o *boom* das novidades editoriais «de Abril» está a acabar (1994: 457).

A evolução do número de bibliotecas existentes no país constitui igualmente um indicador bem demonstrativo da forma como evoluiu o interesse pelo livro e, neste caso, também do incremento na facilidade de acesso e na melhoria do nível de informação. Em gráfico, o INE mostra um crescimento exponencial de cerca de 300 para 1200 bibliotecas, entre o princípio e o final da década 70-80 (Mata, 2004: 70). O texto que acompanha o gráfico, especifica e alarga o período de observação:

No caso das bibliotecas, em 2002 existiam 1917 no território nacional, enquanto em 1970 contabilizaram-se apenas 288. O número destes equipamentos culturais registou uma trajectória ascendente, em particular entre 1975 e 1977 e no ano de 1999. Verificou-se, também, um aumento do número de utilizadores, sobretudo na década de 90 (1143 utilizadores por 1000 habitantes, em 2002, contra 319, em 1970) e de documentos consultados (1565 por 1000 habitantes em 2002 contra, apenas, 842 em 1970) (Mata, 2004: 70).

Importa agora, desenvolver uma análise aprofundada de dados relativos à evolução ocorrida no que respeita a novos públicos e novos temas, para a qual poderão contribuir significativamente os elementos disponíveis sobre a evolução qualitativa e quantitativa do clube do livro em Portugal.

2.2.3. O LIVRO E O DESENVOLVIMENTO SOCIOCULTURAL: OS IMPACTOS DA DEMOCRACIA

Objectivo: concluir, em consonância com o proposto no Objectivo Geral, quais os impactos das transformações verificadas na edição e comércio do livro, com enfoque nos hábitos de compra e leitura de livros, práticas de leitura e repercussão sociocultural da leitura.

2.2.3.1. Hábitos de compra e leitura de livros

Conforme foi já enunciado no texto deste projecto, a década 70 do século XX foi fértil em tendências e acontecimentos com influência para o futuro no que respeita a hábitos de compra e leitura de livros, tanto no que se refere à quantidade como à forma.

Em resumo, pode afirmar-se que o prenúncio de viragem e a posterior queda do regime estadonovista constituíram o detonador que levou às múltiplas mudanças, nomeadamente pelo aumento do nível de escolaridade. Mas seria redutor não acrescentar a predisposição que já existia nos potenciais leitores, assim como a atitude proactiva de editores e livreiros já estabelecidos e daqueles que nesse período se envolveram no mundo do livro em Portugal, bem como, muito naturalmente, dos autores que intensificaram ou se iniciaram na criação literária.

A venda directa introduzida pelas Selecções do Reader's Digest, a edição em sistema de clube do livro iniciada pelo Círculo de Leitores e a abertura de livrarias nos centros comerciais que então começaram a surgir, alargaram e facilitaram a escolha e o acesso ao livro, contribuindo para novos hábitos de compra e leitura de livros e para uma maior capacidade de escolha por parte dos compradores. Esta evolução não se terá ficado pelo incremento na compra de livros, nem tão-pouco pela diversificação da oferta proveniente do acesso a autores ou temas antes proibidos pela censura.

Sustentar documentalmente as tendências acima referidas, e, eventualmente, outras, é objectivo que o processo de investigação incorporará por via do aprofundamento de pesquisas nos sistemas de informação do Instituto Nacional de Estatísticas (INE), nas bases de dados da Biblioteca Nacional de Portugal (BNP) e nos arquivos da Associação Portuguesa de Editores e Livreiros (APEL). No entanto, é desde já possível antecipar, com base em estudos

efectuados na década de 90, alguns aspectos que caracterizam os hábitos de compra de livros suscitados pelas transformações iniciadas na década de 70.

É assim que num inquérito realizado directa e pessoalmente, entre Maio e Julho de 1991, a 2.000 jovens entre os 15 e os 25 anos residentes em Portugal Continental, em *habitat* com uma dimensão igual ou superior a 10.000 habitantes, se constata:

[...] Praticamente metade dos inquiridos declaram ler, por ano, entre um e cinco livros. Definindo como categoria intermédia de leitura de livros os seis e os quinze livros por ano, temos que 29% dos leitores se situa nela. O remanescente, os que lêem mais de quinze livros/ano, compreende 18% do total. Esta categorização de leitores por intervalos de quantidade de livros lidos designa-se aqui por “pequenos”, “médios” e “grandes leitores”.

[...] Mais de um quinto – 22% - dos leitores de livros declaram que “todos” ou “quase todos” os livros lidos são do foro das actividades de cunho obrigatório. Para outros tantos leitores de livros, cerca de metade dos livros lidos pertencem ao foro dessas actividades. Para os restantes inquiridos, que ainda assim constituem a maioria dos leitores de livros, apenas “menos de metade” dos livros lidos é que decorrem daquelas actividades ou mesmo “nenhum” dos livros lidos tem a ver com o exercício das mesmas actividades, respectivamente 29% e 25% dos leitores.

[...] No que respeita à relação entre a variável e o grau de escolaridade, também aqui não sobressai uma clara tendência. Os jovens que dizem que “todos” ou “quase todos” os livros lidos se referem a actividade escolar/profissional variam, em termos percentuais osciladamente – 20%, 27%, 21% e 24% - nos quatro graus de instrução crescente.

[...] a forma vincadamente mais corrente de obtenção de livros escolares é a “compra” – 91 % dos estudantes dizem utilizá-la. Esta modalidade de aquisição é também aquela que se guinda à posição cimeira, quer se trate de livros técnicos – 52% - quer se trate de livros de ficção – 63% -, quer ainda se trate de livros de não ficção – 60%. No caso dos livros escolares, tanto a “fotocópia” como o “pedido de empréstimo” são utilizados por cerca de um quarto dos leitores de tais livros. A “requisição a uma biblioteca” é feita apenas por 16% e a “oferta” compreende uma parte despidianda de leitores: 6%.

[...] Mais de três quartos dos jovens dizem comprar os livros nas “livrarias”. Os demais lugares de aquisição por compra apresentam valores percentuais iguais a 10%, o caso da “Feira do Livro”, ou menores que 10% nos casos da “venda pelo correio”, do “hipermercado”, do “vendedor ambulante” e do “alfarrabista”.

[...] No respeitante ao cruzamento da variável com o grau de escolaridade também se afigura conveniente mostrar algumas tendências mais salientes. A aquisição de livros nas “livrarias” tende a aumentar com o nível de instrução – 70%, 74%, 77% e 83% dos jovens, nos quatro níveis crescentes de escolaridade, declaram-no. Inversamente, tanto a “venda pelo correio”, como a “aquisição em supermercado” tendem a baixar com o aumento dos níveis de instrução; no segundo caso, de 5% para 2%, e no terceiro caso, de 5% para 1% (Marktest, 1991: 76-81).

Por outro lado, um inquérito nacional a uma amostra representativa da população do continente, que então tinha 15 ou mais anos e declarou saber ler e escrever (não analfabetos), propiciou as seguintes constatações:

[...] Nos grupos etários é muito clara a queda das percentagens dos leitores ao caminhar-se das idades mais baixas para as mais altas: 71% nos ‘15-19’, e apenas 41% nos ‘50 e mais anos’. Correlativamente, nos níveis de instrução, as percentagens dos leitores sobem ao transitar-se das escolaridades mais baixas para as mais altas – 16% entre os que ‘sabem ler mas não foram à escola’, e já 92% entre os que ‘detêm/frequentam os Cursos Médio/Superior’ –, espelhando estes resultados a consabida relação inversa entre idades e capitais escolares assinalável em sociedades como a portuguesa, nas quais no decorrer das últimas décadas o sistema de ensino se tem alargado progressivamente a camadas cada vez mais vastas da população.

[...] Os resultados apurados mostram que o lugar por excelência utilizado pela população compradora de livros para realizarem as suas aquisições é a «livraria»: 86% declaram fazê-lo e, de entre estes, 24% «frequentemente» [...] Na hierarquia dos lugares utilizados surge depois, mas a uma larga distância, o «quiosque/tabacaria»: dos compradores são já só 39% os implicados, dos quais 8% «frequentemente». As «feiras do livro» e os «hipermercados» aparecem seguidamente com segmentos de utilizadores

respectivamente de 32% e de 26%; duns e doutros, 4% e 6% «frequentemente». Os «alfarrabistas» e os «vendedores ambulantes» captam uma fracção quase marginal de livros: menos de 10%.

No âmbito do aprovisionamento feito por outros meios, digamos, «em casa», a «encomenda postal/correspondência» mobiliza 43% e a «compra à porta um vendedor» 18% (14% e 5%, frequentemente) de quantos adquirem livros (Freitas, Casanova & Alves, 1997: 115, 158).

Estes indicadores, conjugados com os dados antes referidos em «2.2.2 – O livro no dealbar da democracia», serão tomados como ponto de partida para as pesquisas e análises a efectuar no sentido de verificar o pressuposto contributo de editores e livreiros para a evolução nos hábitos de compra e leitura de livros.

2.2.3.2. Práticas de leitura

O estudo compreensivo das práticas de leitura corresponde a uma componente relevante do projecto, tendo em vista a análise do impacto que, a médio/longo prazo, resulta das transformações no domínio da edição e comércio do livro ocorridas em Portugal na década de 70 do século XX.

De que falamos quando falamos de práticas de leitura? «Donnat, Freitas e Frank (2001) consideram que a Sociologia da Leitura como disciplina especializada se desenvolveu, do ponto de vista da pesquisa empírica, em torno de duas problemáticas, cada uma apoiada numa definição de leitura: como prática cultural e como actividade de recepção» (*apud* Neves, 2011: 27).

Por seu lado, Girard (1997) especifica:

A primeira [problemática] preocupa-se mais com os leitores do que com os actos de leitura. Interroga-se sobre as relações de homologia existentes entre as características dos indivíduos e a intensidade da leitura e dos suportes (impressos) lidos. Perspectiva também esta prática como um objecto social, em ruptura com a experiência individual, e considera-a como uma entre as práticas que compõem o vasto conjunto dos consumos culturais, embora com singularidades, designadamente de ser aquela que permite o acesso a todas as outras. Opera um corte entre a prática e o sentido que lhe é atribuído pelos indivíduos. Considera a leitura como determinada por contextos sociais que importa identificar (por via das variáveis

sociográficas). Acentuam-se as práticas de uso do livro (e do impresso em geral), que são socialmente diferenciadas e objectivamente identificáveis, e as demais deixam-se de lado ou inferem-se através das variáveis consideradas mais explicativas.

[...] A origem da sociologia da leitura e dos leitores, da sociologia empírica, situa-se no primeiro terço do século XX na URSS, na Alemanha e nos Estados Unidos, com particular incidência entre as duas grandes guerras. Os inquéritos não são motivados apenas por puro interesse de conhecimento, as problemáticas sociológicas estão ligadas a problemas sociais e políticas, designadamente a democratização, o que é particularmente notório em França, país em que os grandes inquéritos sobre práticas culturais e, em particular, sobre as práticas de leitura foram realizados após a criação do Ministério da Cultura em 1959 (Hersent, 2000; Poulain, 2004; Seibel, 2005), com origem mais institucional que universitária, mais económica do que cultural (*apud* Neves, 2011: 27,67).

O completo desinteresse das instituições públicas relativamente ao estudo dos hábitos e práticas de leitura, durante o período do Estado Novo, é bem significativo da política cultural então reinante. Na verdade: «Uma das primeiras incursões feitas em Portugal, assumida como situada na sociologia da leitura, terá sido realizada por José Manuel Tengarrinha nos anos setenta do século passado» (Neves, 2011:115)

Os relatórios do *Estudo de Hábitos de Leitura e Compra de Livros*, promovidos pela APEL entre 1983 e 2004 (com excepção para 1984 e 1988), demonstram o empenhamento de editores e livreiros na determinação do impacto social do livro e da leitura e, ainda que não tendo à data sido validados pela comunidade científica, são uma fonte de informação relevante, apesar de não cobrir o período considerado no presente estudo. Num outro registo, o relatório da Comissão do Livro (Moura, Cabral, Guedes & Furtado, 1986) e o inquérito sociológico aos hábitos de leitura em Portugal (Freitas & Santos, 1992), constituem-se como primeiros documentos produzidos para a tutela da cultura em Portugal.

O *Inquérito ao Sector do Livro*, constituído por dois tomos, contemplando uma primeira parte de enquadramento e diagnóstico (Neves (coord.) 2012a) e uma segunda de inquéritos à edição e comercialização (Neves, Santos & Vaz, 2012b),

apresenta-se como o documento mais recente, e de larga abrangência, elaborado para a tutela da cultura. Esta publicação corresponde a uma versão corrigida do inquérito realizado pelo Observatório das Actividades Culturais (OAC) entre 2007 e 2009, finalizada em Setembro desse ano, que fez o enquadramento e traçou o diagnóstico do sector na perspectiva dos estudos e das fontes estatísticas susceptíveis de contribuir para o seu melhor conhecimento.

Pretende-se que a investigação a realizar viabilize a obtenção de evidências que permitam concluir, como é objectivo deste trabalho, sobre o contributo das transformações ocorridas na década de 70 para a evolução a curto e médio prazo das práticas de leitura dos portugueses.

2.2.3.3. Repercussões socioculturais

As grandes linhas orientadoras deste documento subordinam-se à premissa de que a palavra escrita constitui elemento primeiro do desenvolvimento da humanidade. Um instrumento que se configura, desde os primórdios, como factor de divulgação perene do saber, do conhecimento e da intervenção cívica, e também como incontestável portador de princípios e práticas de rigor ético e responsabilidade social.

Alberto Manguel menciona que a cronologia da história da leitura não pode ser semelhante à da história da política, e refere:

O escriba sumério, para quem ler era uma prerrogativa de grande valor, tinha um sentido de responsabilidade mais aguçado do que o leitor na Nova Iorque ou Santiago dos nossos dias visto que um artigo da lei ou um ajuste de contas dependiam exclusivamente da sua interpretação (1999: 35).

Paul Chalus considera pacífico assumir que a capacidade de exprimir e interpretar sons e ideias, de forma escrita, constitui prova de diferenciação do ser humano relativamente a todas as restantes espécies animais, e afirma:

Tudo aquilo que aparece nas épocas cruciais da História é comparável às emergências de que falam os biólogos e certos filósofos. Assim aconteceu com a invenção da escrita, no terceiro milénio antes da nossa era (em Febvre & Martin, 2000: 1).

Por outro lado, referindo-se ao objectivo de invenção da escrita como forma de preservar o texto e à óbvia necessidade de haver leitores que decifrassem, reconhecessem o sentido, e dessem voz às mensagens produzidas, Alberto Manguel escreve:

Enquanto o escritor está presente, o texto permanece incompleto. Só quando o escritor abandona o texto é que este ganha existência. Nesse momento, a existência do texto é silenciosa, um silêncio que perdura até o leitor ler o texto. É apenas quando o olhar treinado entra em contacto com as marcas na placa que o texto ganha vida. Toda a escrita está dependente da generosidade do leitor (1999: 187).

O incremento progressivo de novos públicos com capacidade de leitura, levou a que o livro se vulgarizasse como instrumento de divulgação de conhecimento, de transmissão de informação e de entretenimento, assumindo um lugar cimeiro como indústria cultural:

O carácter cultural do livro e a importância cultural da atividade de edição de livros são largamente reconhecidos. É consabido que o valor do livro não pode ser reduzido ao de mera mercadoria. A relação com a leitura, de que é suporte nobre, em particular tratando-se de literatura, contribui largamente para o seu valor cultural (Neves, Santos, Lima, Vaz & Caneira, 2012a: 17).

Agora que estamos entrados na era da informação globalizada, a importância do livro e a sua relevância no âmbito das indústrias culturais mantêm-se, independentemente da forma física que revista. Em manifesto para as eleições europeias de Maio de 2014, as associações que, a nível europeu, representam, respectivamente, escritores, editores e livreiros, invocam as características que diferenciam o livro e o continuam a manter como suporte privilegiado de desenvolvimento sociocultural:

Books convey ideas, feed the mind and make freedom of expression a reality. European citizens need to have access to books in order to understand

the European democratic values which are underlying the European process. Books are key to our citizens' participation in economic, social, cultural and political life. This is especially true given the emergence of the knowledge economy and the increasing demand for literacy skills this has brought about (AAVV, 2014: 1).

É neste contexto geral de evolução histórica que interessa investigar quais os efeitos socioculturais induzidos pelas transformações verificadas na edição e comércio do livro, na década 70 do século XX, em Portugal.

Em resumo, tem-se em vista avaliar, com suporte no estudo do panorama evolutivo da edição e comercialização do livro e práticas de leitura suscitadas pelas grandes transformações ocorridas na referida década, qual o impacto que se fez sentir no progresso dos indicadores de desenvolvimento humano, social, cultural e económico da população portuguesa, nomeadamente por comparação entre o nível existente em Abril de 1974 e o caminho percorrido depois de instituída a democracia política.

2.3. Metodologia

A opção pelo método de investigação adoptado resulta do objectivo geral e dos objectivos específicos definidos para o presente projecto e do seu enquadramento académico em Estudos Culturais, na área de especialização de Sociologia da Cultura.

Neste contexto, relevam os métodos da investigação social conformes com o princípio geral formulado por Alan Bryman:

The term 'social research' as used in this book denotes *academic* research on topics relating to questions relevant to the social scientific fields, such as sociology, human geography, social policy, politics, and criminology. Thus, social research involves research that draws on the social sciences for conceptual and theoretical inspiration.

Such research may be motivated by developments and changes in society, such as the rise in worries about security or binge-drinking, but employs social scientific ideas to illuminate those changes. It draws upon the social sciences for ideas about how to formulate research topics and issues and how to interpret and draw implications from research findings. In other words, what distinguishes

social research of the kind discussed in this book is that it is deeply rooted in the ideas and intellectual traditions of the social sciences (2008: 4-5).

A estratégia metodológica escolhida contempla, de forma abrangente e sistematizada, dimensões de análise adequadas às características do projecto. Isto pressupõe a utilização de investigação qualitativa, conforme o seguinte quadro sintético de dimensões de análise e métodos:

Quadro 1 - Dimensões de análise e métodos

Dimensões de análise	Métodos	Recolha de dados secundários	Entrevista
O livro no estertor do Estado Novo	Conjuntura política e sociocultural	X	
	Enquadramento internacional	X	
	Estratégias adoptadas por editores e livreiros portugueses	X	X
O livro no dealbar da democracia	Políticas públicas para a educação, o livro e a leitura	X	
	Transições no panorama da edição	X	X
	O Círculo de Leitores, a divulgação do livro e os hábitos de leitura	X	X
	Novos temas e novos públicos surgem com a democracia	X	X
O livro e o desenvolvimento sociocultural: os impactos da democracia	Hábitos de compra e leitura de livros	X	X
	Práticas de leitura	X	X
	Repercussões socioculturais	X	X

Esta opção não recolhe unanimidade entre os diversos autores que se têm pronunciado sobre vantagens e inconvenientes de cada um dos métodos e, naturalmente, sobre o seu uso simultâneo numa mesma investigação. No entanto, há indicações no sentido de que a utilização integrada tem vantagens a considerar: «After all, such a strategy would seem to allow the various strengths to be capitalized upon and the weaknesses offset somewhat.» (Bryman, 2008: 628).

A utilização simultânea justifica-se, nesta investigação, porque as fontes secundárias existentes em Portugal são reconhecidamente incompletas, tanto por

insuficiências dos dados estatísticos oficiais e da bibliografia passível de acesso, como pela inexistência de instrumentos para salvaguarda do património da edição contemporânea portuguesa, conforme constata Daniel de Melo:

Neste particular, Portugal encontra-se muito atrasado: não há ainda uma entidade pública que assuma, de modo proactivo, a responsabilidade pela prospecção, incorporação, tratamento arquivístico e disponibilização para consulta pública dos fundos documentais destas casas de cultura que são as editoras, e muito menos pela guarda das fontes de história oral (2012: 179).

Justifica-se, igualmente, porque muita da informação, complementar ou inédita, relativa à actividade editorial e livreira que importa para este estudo, seja de carácter biográfico, documental, ou factual, apenas pode ser obtida por entrevista aos respectivos protagonistas:

...a preservação da memória das casas editoriais deve ser acompanhada pela criação de condições para o estudo da respectiva documentação e pelo colmatar das suas lacunas através da produção de novas fontes históricas, por via de entrevistas, tarefa que deve envolver o máximo de instituições, para se conseguir ter testemunho do maior número possível de antigos editores, além de autores, empregados, etc; (Melo, 2012: 183)

A pesquisa e recolha de dados secundários será precedida de revisão sobre a bibliografia disponível e prosseguida com a utilização de diversas fontes, incluindo estudos editados em livro, artigos publicados em jornais ou revistas em papel, artigos de jornais ou revistas electrónicas (em especial científicas), documentação/informação extraída de sítios da Internet, legislação ou normas, teses ou outras provas académicas e comunicações em congressos ou noutras sessões públicas de carácter institucional.

A selecção dos entrevistados terá em conta o objectivo geral e os objectivos específicos definidos no Capítulo 2, e as perguntas a formular constarão de um guião previamente elaborado e orientado para entrevistas semi-directivas. Para obter uma adequada objectividade nas respostas, as entrevistas serão preparadas cuidadosamente, respeitando-se procedimentos recomendados para verificar se as perguntas funcionam como se pretende, como sejam o pré-teste do questionário e da listagem de normas, e a

cooperação dos inquiridos no sentido de ser confirmada a correcta interpretação das questões colocadas (Foddy, 1996: 200-208).

Na preparação deste projecto de investigação foram consideradas as melhores práticas recomendadas para este tipo de estudos, tendo necessariamente em conta as expectativas e requisitos especificados pela direcção do Programa Doutoral em Estudos Culturais e os conselhos dos orientadores.

Estabelecer procedimentos apropriados para gestão do tempo e dos meios disponíveis, formular questões adequadas ao tipo de investigação, identificar autores de referência que fundamentam as afirmações transpostas e preparar a forma de aceder a fontes credíveis de informação, acautelando o registo e arquivo das bases de trabalho, constituem linhas de acção fundamentais.

Em resumo, consideraram-se as seguintes componentes para concretização dos objetivos da tese: (i) Levantamento bibliográfico; (ii) Revisão da literatura; (iii) Pesquisa de dados secundários; (iv) Identificação de dimensões relevantes e afinação do modelo de análise, tanto no âmbito institucional (política, cultura, educação, ciência, economia), como no domínio da actividade editorial e livreira (edição tradicional, edição em sistema de clube de livro, comércio livreiro nas suas várias vertentes) como ainda no domínio dos hábitos/práticas de leitura; (v) Definição de personalidades a entrevistar; (vi) Preparação de guião geral/guiões específicos para entrevista; (vii) Entrevistas pessoais para obtenção de testemunhos; (viii) Tratamento e análise das entrevistas; (ix) Redacção e revisão da tese; e (x) Entrega da tese.

3. LITERATURA A INCORPORAR / CONSIDERAÇÕES SOBRE A BIBLIOGRAFIA

Ao longo da apresentação do Projecto de Investigação, foram sendo indicados e brevemente comentados estudos vários, especialmente relevantes no âmbito deste trabalho e com os quais se procurou traçar o estado da investigação. Os títulos mencionados debruçam-se, na sua maioria, sobre aspectos da actividade editorial e livreira em Portugal e no estrangeiro, se bem que tenham sido igualmente destacados outros, relativos à teoria e metodologia dos Estudos Culturais, e tenham ainda sido referidas outras fontes (legislativas, estatísticas, etc). Para além desse acervo bibliográfico, o Projecto de Investigação tomará em linha de conta outra bibliografia relevante, em parte já identificada. De entre os títulos que constam da bibliografia coligida e apresentada mais à frente neste trabalho (vd. *infra*, ponto 6.), considerou-se importante destacar mais alguns estudos que, pela sua pertinência, nas áreas

dos Estudos Culturais e nos domínios mais específicos da economia do livro e da sociologia da leitura, passarão, de seguida, a ser brevemente apresentados:

NO ÂMBITO DOS ESTUDOS CULTURAIS:

- *Studying Cultural: An Introductory Reader* (Gray, Ann & McGuigan, Jim (1997). (2nd. edition). London: Arnold).

Constituída por um selecção de textos contemplando literatura fundamental para a compreensão do que se entende por Estudos Culturais, a obra destina-se essencialmente a estudiosos que se estão a iniciar nesta matéria, embora se constitua igualmente como ferramenta útil para leitores já familiarizados com a temática e que pretendam otimizar a respectiva estrutura de conceitos. Sem pretensão de fixar coordenadas num campo de estudo em permanente e rápido desenvolvimento, os autores percorrem a teoria e história dos Estudos Culturais, levantam questões pertinentes e elaboram considerações baseadas no estudo e ensino praticado ao longo de vários anos. Em resumo, especificam da seguinte forma o seu objectivo:

By tracking through a dense forest of theoretical perspectives and analytical applications, not all of them compatible with one another, we aim to provide a sense of what cultural studies has been and might yet become. The selection slightly marginalizes the textual in favour of the lived. This reflects both the availability of other readers, particular those concerned with visual and literary media, which foreground the textual (supplemented by the psychoanalytic) and which do not need yet further replication, for the time being at least, and our own predilections, which are more ethnographically inclined and policy oriented. The book represents, then, a comparatively sociological ‘take’ on cultural studies, though probably unrecognizable so to many sociologists. It may, therefore, be more accurate to describe this selection as one which foregrounds the social with the partial aim of redressing the balance in that direction (Gray & McGuigan, 1997: XIV).

- *Políticas Públicas Culturais: Dinâmicas, Tensões e Paradoxos* (Baptista, Maria Manuel (dir.) (2014). Coimbra: Grácio Editor e Programa Doutoral em Estudos Culturais).

O livro resulta da compilação das comunicações ao «II Congresso Internacional em Estudos Culturais, sobre Políticas Públicas para a Cultura», promovido em 2012 pelo Programa Doutoral em Estudos Culturais (Universidade de Aveiro e Universidade do Minho). Na escolha do tema esteve presente a intenção de pôr em discussão as

perspectivas e tensões que se colocam recorrentemente no que respeita a diversas teorias e práticas de políticas públicas culturais, e que criam um vazio na coerência com que são implementadas. É o caso das (ilusórias) dicotomias ‘cultura popular ou de massas’, ‘promoção da cultura pelo sector público ou de iniciativa privada’, ‘cultura como direito social ou relativa a escolhas individuais’, ‘cultura nacional ou internacionalização cultural’, ‘políticas culturais nacionais ou políticas culturais locais’, defesa do património histórico ou ensino e produção artística contemporânea’, ‘cultura ao serviço das indústrias culturais ou cultura ao serviço do desenvolvimento social’. Em súpula e conforme escrito no preâmbulo:

Quarenta anos depois da revolução do 25 de Abril é já tempo de prestar contas aos cidadãos e às comunidades sobre as decisões que têm sido tomadas no domínio das políticas para a cultura e que têm subjacentes, quer se queira quer não, uma determinada posição dos múltiplos contínuos dilemáticos que atravessam o campo cultural, alguns dos quais acabámos de apontar. Desenhar a cartografia específica destas decisões, que têm constituído (e irão certamente continuar a constituir no futuro) as políticas concretas dos decisores públicos é um programa que está quase todo ainda por fazer, não podendo a universidade excluir-se desta tarefa académica e social (Baptista, (dir) 2014: 7).

NO DOMÍNIO DA ECONOMIA DO LIVRO E DA SOCIOLOGIA DA CULTURA:

- *Socio-économie de la Culture : Livre, Musique* (Greffé, Xavier, Pflieger, Sylvie & Rouet, François (1990). Paris: Anthrope).

A obra acolhe os relatórios das jornadas de estudo organizadas pela Association pour le Développement et la Diffusions de l'Économie de la Culture (ADDEC) e pelo Département des Études de la Culture et de la Prospective du Ministère de la Culture, realizadas em Paris em 28 de Janeiro e 26 de Novembro, de 1997.

Tratando-se de actividades que sempre mereceram grande atenção por parte das ciências humanas e da sociedade, a realização das jornadas reflecte a constatação de um crescente olhar para as perspectivas de subvenção e eficácia das políticas culturais públicas sob o ponto de vista da formação da procura, da organização da oferta, do desenvolvimento de carreiras, do emprego e de outros domínios da economia.

Nestas circunstâncias, os temas apresentados e os respectivos debates centraram-se na compatibilização entre as novas tendências e a especificidade sociológica das actividades culturais em questão:

A cet égard, l’approche économique des activités culturelles qui restait proche d’une analyse micro-économique assez simple des agentes et des marches doit s’ouvrir à l’économie industrielle et de l’innovation. Des concepts tels que les économies d’envergure, la variété permanente, les échanges intrafirme, les transferts internationaux prendront une place croissante. L’analyse pourra perdre en simplicité, dans un premier temps. Elle gagnera vite en pertinence, et jettera, par exemple sur le comportements de l’Etat, des coups de projecteurs autrement intéressants que les vieux débats en termes de subventions au spectacle vivant (Greffé, Pliffiger & Rouet, 1990 : VI-VII).

- *Indústrias Culturais: Imagens, Valores e Consumos* (Santos, Rogério (2007). Lisboa: Edições 70).

O autor mantém desde 2003 o blogue *Indústrias Culturais*, no qual reflecte sobre investigações e outras formas de estudo e intervenção de âmbito sociocultural. O livro nasceu a partir da selecção e actualização de textos publicados no blogue, seguindo a perspectiva académica em termos de reflexão e o trabalho jornalístico na abordagem de temas de actualidade. O conceito de indústrias culturais é desenvolvido a partir da seguinte aceção:

O basco Ramón Zallo (1992) distinguia cultura tradicional, artesanal, independente e industrializada. Conquanto tenha referências intelectuais e ideológicas próximas de Adorno, Zallo reflecte sobre a apropriação da cultura feita pelo capitalismo, sem negar influências e evolução dessa apropriação. Constata a mercantilização da cultura, mas não a perscruta somente segundo óculos de aporia ou leitura desconstrutiva do texto. Para ser mais preciso: logo no começo do seu trabalho, Zallo (1992:10) escreve: “ A mudança real foi tecida por dois factores: a expansão do mercado cultural como forma específica de extensão da cultura, com um tipo de produção cultural, a cultura de massas, e a aplicação dos princípios tayloristas da organização do trabalho – e mais recentemente neo-tayloristas – à produção cultural”.

Hoje, fala-se, sem problemas de má interpretação, de produtos culturais que se tornam semelhantes a outros bens e produtos (Vilar, 2007:137-138), numa alteração total do quadro criado por Horkheimer e Adorno. Se há produtos culturais, escreve Rui Vilar, criam-se públicos e redes para a sua distribuição e os lugares de exposição e fruição exigem tecnologias geradoras de novas indústrias. Gestão das organizações culturais e papel das políticas culturais são outras ideias novas em discussão e aprovação (Santos, 2007: 18-19).

- *Novos Trilhos Culturais: Práticas e Políticas* (Santos, Maria de Lourdes Lima dos & Pais, José Machado (org.) (2010). Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais).

O título do livro advém do nome do Colóquio realizado com a mesma designação, no Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, em 13 e 14 de Novembro de 2008. Reúne os contributos dos participantes, em cinco partes: «Novas valências da cultura», «Criação/produção cultural e artística: novos contextos e novas relações», «A cultura, os *media* e as novas tecnologias», «Políticas culturais e desafios actuais», «Que destaques nos novos trilhos da cultura». Organizado num registo prospectivo, e de debate sobre a evolução e tendências das práticas e políticas culturais no seu inter-relacionamento com novas realidades da sociedade, o Colóquio teve em vista suscitar questões de âmbito sociocultural, como é tipificado neste trecho da «Apresentação»:

A questão da *democratização cultural* continua a marcar a agenda das políticas públicas, dada a persistência das desigualdades sociais no acesso à cultura. As políticas culturais têm dirigido a maior parte dos seus esforços para assegurar um incremento da oferta cultural, nomeadamente a nível dos museus e da música erudita. No entanto, será que a oferta cultural, por si só, é garantia de uma democratização de acesso aos bens culturais? Na medida em que os hábitos da cultura não nascem mas se fazem, qual o lugar das práticas culturais na formação ou sensibilização dos públicos da cultura? Que relações estabelecer entre os públicos e as políticas de cultura? Em que públicos pensamos quando falamos de políticas públicas de cultura? Desculpem-me a inquietação, mas por vezes as políticas culturais parecem orientar-se por uma filosofia de *corretor de bolsa* que Keynes tão bem caracterizou: adivinhar o que a maioria da opinião pública pensa sobre o que a maioria da opinião pública pode pensar (Santos & Pais (coord.), 2010: 19-20).

Procurar-se-á, naturalmente, ao longo do processo de preparação e redacção da tese, ir actualizando a bibliografia, por forma a integrar e considerar devidamente novas publicações relevantes para o tema que entretanto venham a lume.

4. CALENDARIZAÇÃO DO TRABALHO A DESENVOLVER

A amplitude do projecto e o envolvimento de terceiros para efectivação de entrevistas, bem como a escassez de bibliografia directamente relacionada com o estudo a desenvolver, pressupõe um trabalho intensivo, por forma que fique concluído no período de dois anos previsto no PDEC-2014/2015. Prevê-se o seguinte calendário para desenvolvimento das diversas fases de investigação e preparação da tese:

Quadro 2– Calendário para desenvolvimento das fases de investigação

Ano lectivo	Número de meses	Descrição das etapas
2015/2016	Setembro a Julho (11 meses)	<ul style="list-style-type: none"> ⇒ Actualização do levantamento bibliográfico ⇒ Revisão da literatura ⇒ Pesquisa de dados ⇒ Identificação de dimensões relevantes e construção do modelo de análise ⇒ Planificação da estrutura da tese ⇒ Definição de personalidades a entrevistar e preparação de guião/guiões de entrevista ⇒ Concretização, tratamento e análise de entrevistas
2016/2017	Setembro a Julho (11 meses)	<ul style="list-style-type: none"> ⇒ Redacção e conclusão da tese ⇒ Revisão da tese ⇒ Entrega da tese

5. DESAFIOS E CONSTRANGIMENTOS A CONSIDERAR

Ultrapassar as incógnitas decorrentes da originalidade da investigação no contexto dos Estudos Culturais é, seguramente, o mais significativo desafio a enfrentar. Todos os restantes decorrem de esta aposta se colocar na fase final de um percurso profissional de cinco décadas, dedicadas maioritariamente ao exercício de funções na área das finanças e gestão empresarial e, só mais recentemente, dirigidas à escrita e à investigação académica. O facto de quatro

dessas décadas terem sido vividas no mundo editorial constitui o estímulo e a base de conhecimento com que conto para vencer este novo desafio.

Os mais significativos constrangimentos que se podem antever são os que decorrem da conhecida e tradicional insuficiência de dados estatísticos, a que acresce a também conhecida propensão de editores e livreiros para não terem uma prática corrente de divulgação de dados, preservação de arquivos históricos, e publicação de memórias próprias. Outros haverá que não são possíveis de prever, mas não são impossíveis de surgir, como sejam os que podem decorrer da indisponibilidade de alguns editores ou livreiros para prestarem testemunhos e, sobretudo, para autorizarem a pesquisa em arquivos privados ou para divulgarem situações particulares de interesse relevante para o resultado da investigação.

Para além do referido, não é possível deixar de ter em conta as ocorrências pessoais que sempre podem limitar quem se envolve neste tipo de trabalho, mas cuja probabilidade aumenta quando se atingem sete décadas de vida.

RUI BEJA

AVEIRO, 1 DE JUNHO DE 2015

6. BIBLIOGRAFIA

6.1. Bibliografia crítica / Bibliografia secundária

- AAVV (2006). *The Economy of Culture in Europe*. Bruxelas: KEA.
- AAVV (2014). *Manifesto for the 2014 European elections*. Bruxelas: EWC, FEP, EBF.
- Antunes, Henriqueta & Vicente, Paula Dias. *Relatório de Estágio nas Edições Afrontamento*, Aveiro: Universidade de Aveiro
- Ávila, Patrícia (2008). *A Literacia dos Adultos: Competências-Chave na Sociedade do Conhecimento*. Lisboa: Celta.
- Baptista, Maria Manuel (2009). «Estudos culturais: o quê e o como da investigação». *Carnets, Cultures littéraires: nouvelles performances et développement*. n° spécial, automne/hiver, 451-461. Acedido Janeiro 22, 2015, em <http://revistas.ua.pt/index.php/Carnets/article/viewFile/466/422>.
- Baptista, Maria Manuel (dir.) (2014). *Políticas Públicas Culturais: Dinâmicas, Tensões e Paradoxos*. Coimbra: Grácio Editor e Programa Doutoral em Estudos Culturais.
- Barker, Chris (2012). *Cultural Studies: Theory and Practice*. (4th. edition). Los Angeles, London, New Dheli, Washington DC: Sage.
- Beja, Rui (2011). *À Janela dos Livros: Memória de 30 anos de Círculo de Leitores*. Lisboa: Temas e Debates e Círculo de Leitores.
- Beja, Rui (2012). *A Edição em Portugal (1970-2010): Percursos e Perspectivas*. Lisboa: APEL.
- Bennett, Tony (1992). «Putting Policy into Cultural Studies», In C. Nelson, L. Grossberg, P. Treichler (eds.), *Cultural Studies* (23-53). London/ New York: Routledge.
- Brandão, José (2012). «Os livros e a censura em Portugal». *Vidas Lusófonas Web site*. Acedido Fevereiro 25, 2015, em http://www.vidaslusofonas.pt/livros_e_censura.htm.
- Brasão, Inês & Domingos, Nuno (2006). «História de um clube de livros». In Diogo Ramada Curto (Dir), *Estudos de sociologia da leitura em Portugal no século XX* (387-428). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, Fundação para a Ciência e a Tecnologia, Ministério da Ciência e do Ensino Superior.
- Bryman, Alan (2012). *Social Research Methods* (4^a edição). New York: Oxford University Press.
- Círculo de Leitores (1995). *Vinte e cinco anos de livros. Vinte e cinco anos de paixão*. Lisboa: Círculo de Leitores.

- Círculo de Leitores (2001). *1971-2001: Crónica de uma vida de livros*. Lisboa: Círculo de Leitores.
- Costa, Sara Figueiredo (2012). *Fernando Guedes: O decano dos editores portugueses*. Lisboa: Booktailors.
- Costa, Sara Figueiredo (2013). *Carlos da Veiga Ferreira: Os editores não se abatem*. Lisboa: Booktailors.
- Cravo, Nuno (2009). *Civilização Editora – 130 Anos no Universo Familiar dos Livros*. Projecto de Mestrado em Estudos Editoriais, Aveiro: Universidade de Aveiro.
- Dionísio, Eduarda (1994). «As práticas culturais». In António Reis (coord.), *Portugal 20 Anos de Democracia* (443-489). Lisboa: Círculo de Leitores.
- Duarte, Cláudia *et al.* (2013). *Hoje há editoras: Antígona, Matéria-Prima, Teodolito, Zéfiro, Planeta Tangerina*. Edição dos autores no âmbito do mestrado em Edição de Texto, da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.
- Febvre, Lucien & Martin, Henri-Jean (2000). *O aparecimento do livro*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Ferreira, José Medeiros (1993). «A evolução cultural e das mentalidades». In José Mattoso (dir.), *História de Portugal (VIII volume): Portugal em Transe, 1974-1985* (166-173). Lisboa: Círculo de Leitores.
- Foddy, William (1996). *Como Perguntar: Teoria e Prática da Construção de Perguntas em Entrevistas e Questionários*. Oeiras: Celta.
- Freitas, Eduardo de & Santos, Maria de Lourdes Lima dos (1992). *Hábitos de Leitura em Portugal: Inquérito Sociológico*. Lisboa: Publicações D. Quixote.
- Freitas, Eduardo de, Casanova, José Luís & Alves, Nuno de Almeida (1997). *Hábitos de leitura: Um Inquérito à População Portuguesa*. Lisboa: Publicações D. Quixote.
- Gray, Ann & McGuigan, Jim (1997). *Studying Cultural: An Introductory Reader* (2nd. edition). London: Arnold.
- Grefe, Xavier, Pflieger, Sylvie & Rouet, François (1990). *Socio-économie de la culture: Livre, musique*. Paris: Anthropos.
- Grilo, Eduardo Marçal (1994). «O sistema educativo». In António Reis (coord.), *Portugal 20 Anos de Democracia* (406-435). Lisboa: Círculo de Leitores.
- Leite, Pedro Jorge de Oliveira Pereira (2003). *Mercadores de Letras: Rumos e Estratégias dos Editores e Livreiros na Divulgação Cultural durante o Estado Novo (1933-1974)*. Dissertação de Mestrado em História Contemporânea, Lisboa: Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

- Lopes, J.M. Teixeira (2009). «Da democratização da Cultura a um conceito e prática alternativos de Democracia Cultural». *Saber & Educar*, 14, 9 Acedido Fevereiro 2, 2015, em <http://repositorio.esepf.pt/handle/10000/302>.
- Mata, José (dir.) (2004). *30 Anos de 25 de Abril: Um retrato estatístico*. Lisboa: INE.
- Medeiros, Nuno (2010). *Edição e Editores: O mundo do livro em Portugal, 1940-1970*. Lisboa: ICS – Imprensa de Ciências Sociais.
- Melo, Daniel (2005). «As bibliotecas da Fundação Gulbenkian e a leitura pública em Portugal (1957-1987)». *Análise Social*, vol. XL (174), 65-86.
- Melo, Daniel (2012). «O Património da edição contemporânea portuguesa: estado da questão». *Cultura, Revista de História e Teoria das Ideias*, Vol. 30/ II Série, 173-190.
- Middelhoff, Thomas, Schulte-Hillen, Gerd, & Thielen, Günter (edit.) (2001). *Reinhard Mohn: Entrepreneur, Philanthropist, Citizen*. Gütersloh: Bertelsmann Stiftung e Random House.
- Manguel, Alberto (1999). *Uma História da Leitura* (2ª ed.). Queluz de Baixo: Editorial Presença.
- Marktest (1991). *Os jovens e a leitura*. Lisboa: Círculo de Leitores.
- Moura, Vasco Graça, Cabral, Manuel Villaverde, Guedes, Fernando & Furtado, José Afonso (1986). *Relatório da Comissão do Livro (criada por despacho SEC n.º 155/85, de 5 de Dezembro)*. Lisboa: Secretaria de Estado da Cultura.
- Neves, José Soares (2011). *Práticas de Leitura da População Portuguesa no Início do Século XXI*. Tese de doutoramento em Sociologia, na especialidade de Sociologia da Comunicação, da Cultura e da Educação, ISCTE/IUL, Lisboa, Portugal.
- Neves, José Soares (coord.), Santos, Jorge Alves dos, Lima, Maria João, Vaz, Alexandra & Caneira, Emanuel (2012a), *Inquérito ao Sector do Livro: Parte I – Enquadramento e Diagnóstico*. Lisboa: OAC.
- Neves, José Soares (coord.), Santos, Jorge Alves dos & Vaz, Alexandra (2012b). *Inquérito ao Sector do Livro Parte II - Inquéritos à Edição e à Comercialização*. Lisboa: OAC.
- Neves, José Soares (coord.), Beja, Rui, Santos, Jorge Alves dos & Santos, Jorge Augusto dos (2014). *Comércio livreiro em Portugal: Estado da arte na segunda década do século XXI*. Lisboa: APEL.
- Pereira, Antónia Maria (1998). *Parceria A.M. Pereira – Crónica de uma Dinastia Livreira*. Lisboa: Pandora Edições.
- Pinheiro, Maria Odete Manso (coord.) (2007). *António Carlos Manso Pinheiro: A homenagem*. Lisboa: APEL
- Pinto, Cândida (2011). *Snu e a Vida Privada com Sá Carneiro*. Alfragide: Publicações D.

Quixote.

- Portela, Joana Abranches (2009). *Frontispício: a Almedina no Arco do Tempo*. Relatório de Estágio nas Edições Almedina, Mestrado em Estudos Editoriais. Aveiro: Universidade de Aveiro.
- Presença (2010). *50 Anos Editorial Presença*. Queluz de Baixo: Presença.
- Rojo, José Andrés (2008). «El lector en el clube. In Millán, José Antonio (coord.)», *La lectura en España Informe 2008: Leer para aprender*. Madrid, FGSR e FGEE, 281-297.
- Santos, Maria de Lourdes Lima dos, Conde, I., Costa, António Firmino da, Freitas, Eduardo, Gomes, R. T., Gonçalves, C., Gonçalves, H. S., Lopes, J. M. T., Lourenço, V., Martinho, T. D., Neves, J. S., Nunes, João Sedas, Pegado, E., Pires, I. & Silva, Francisco (1998). *As Políticas Culturais em Portugal*. Lisboa: Observatório das Actividades Culturais.
- Santos, Maria de Lourdes Lima dos & Pais, José Machado (org.) (2010). *Novos Trilhos Culturais: Práticas e Políticas*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.
- Santos, Rogério (2007). *Indústrias Culturais: Imagens, Valores e Consumos*. Lisboa: Edições 70.
- Saraiva, José António (1979). *Bertrand: A História de uma Editora*. Lisboa: Bertrand.
- Silva, Flamarion Maués Pelúcio (2013). *A edição política em Portugal: livros que tomam partido, 1968-80*. Tese de Doutoramento, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas – Universidade de São Paulo, Brasil.
- Tamen, Teresa, (coord.) (2006). *A Aventura da Moraes*. Lisboa: Centro Nacional de Cultura.
- Teodoro, António & Aníbal, Graça (2007). «A Educação em tempos de Globalização. Modernização e hibridismo nas políticas educativas em Portugal». *Revista Lusófona de Educação*, 10, 13-26. Acedido Fevereiro 27, 2015, em <http://revistas.ulusofona.pt/index.php/rleducacao/article/view/627/522>.
- Thompson, John B. (2011). *Merchants of Culture: The Publishing Business in the Twenty-First Century* (reprinted). Cambridge: PolityPress.
- Verbo (1998). *40 Anos Verbo: Breve História de uma Editora*. Lisboa: Editorial Verbo.
- Vieira, Joaquim (2000a). *Portugal século XX: Crónica em Imagens, 1960-1970*. Lisboa: Círculo de Leitores.
- Vieira, Joaquim (2000b). *Portugal século XX: Crónica em Imagens, 1970-1980*. Lisboa: Círculo de Leitores.
- Wirschenbart, Rudiger (2013). *IPA Global: Publishing Statistics*. Genebra: IPA.

6.2. Legislação

Decreto-Lei n.º 409/75, de 2 de Agosto [Criação da Secretaria de Estado da Cultura no âmbito do Ministério da Comunicação Social]

Decreto-Lei no 74/82, de 3 de março [Lei do Depósito Legal]

Lei 46/86, de 14 de Outubro [Lei de Bases do Sistema Educativo. Alterada pela Lei 115/97, de 19 de Setembro, pela Lei 49/2005, de 30 de Agosto, e pela Lei 85/2009, de 27 de Agosto]

Decreto-Lei n.º 362/86, de 28 de Outubro [Reflete as alterações introduzidas no Decreto-Lei n.º 74/82, de 3 de março, pelo n.º 4 do art.º 50º do Decreto-Lei 74/2006, de 24 de março, pelo Decreto-Lei 115/2013, de 7 de agosto e pelo Despacho Normativo de 30 de Abril de 2003 que retificou o número de exemplares a depositar].

Decreto-Lei 176/96, de 21 de setembro [Lei do Preço Fixo. Institui o regime do Preço Fixo do Livro. Alterado pelo Decreto-Lei n.º 216/2000, de 2 de setembro].

Decreto-Lei n.º 216/2000, de 2 de setembro, artigo 160 [Fiscalização: competência da Inspeção- Geral das Atividades Culturais].

Resolução do Conselho de Ministros n.º 86/2006, de 12 de julho [Plano Nacional de Leitura. Aprova o PNL e cria a respetiva comissão].

6.3. Webgrafia

Amazon Publishing, <http://www.apub.com/about>.

APEL – Associação Portuguesa de Editores e Livreiros, www.apel.pt.

Association of American Publishers, <http://www.publishers.org>

Bibliografia da edição e do livro, <http://hugoxavie5.wix.com/hxavier#!bibliografia-da-edicao/ce09>

Biblioteca Nacional de Portugal, <http://www.bnportugal.pt>

Bookexpo America, <http://www.bookexpoamerica.com>

Booksellers Association, <http://www.booksellers.org.uk/home>

Bureau Internationale de l'Édition Française, <http://www.bief.org>

Câmara Brasileira do Livro, <http://www.cbl.org.br>

CEGAL – Librerías de España, <http://www.cegal.es>

CERLALCLC, <http://cerlalc.org>

Centre National du Livre, <http://www.centrenationaldulivre.fr>

Ciberdúvidas da Língua Portuguesa, <http://www.ciberduvidas.com/about.html>

Culture Action Europe. <http://cultureactioneurope.org>

DGLAB – Direcção Geral do Livro dos Arquivos e das Bibliotecas, <http://dglab.gov.pt>

ERICarts – European Institute for Comparative Cultural Research,
<http://www.culturalpolicies.net/web/statistics-markets.php>.

EIBF – European and International Booksellers Federation. <http://eibf-booksellers.org>

European Commission – Culture, http://ec.europa.eu/culture/404_en.htm

European Writers’ Council, <http://www.europeanwriterscouncil.eu>

Eurostat - Structural Business Statistics, http://epp.eurostat.ec.europa.eu/portal/page/portal/european_business/introduction .

Federación de Gremios de Editores de España, <http://www.federacioneditores.org>

FEP – Federation of European Publishers, www.fep-fee.eu.

Frankfurt Book Fair, <http://www.book-fair.com/en/>

GEPAC – Gabinete de Estratégia, Planeamento e Avaliações Culturais (ex-OAC),
<http://www.gepac.gov.pt/oac-1996-2013.aspx>

INE – Instituto Nacional de Estatística, www.ine.pt.

Instituto Camões, <http://www.instituto-camoes.pt>.

International Alliance of Independent Publishers, <http://www.alliance-editeurs.org/?lang=en>.

IPA – International Publishers Association, www.internationalpublishers.org/.

London Book Fair, <http://www.londonbookfair.co.uk>.

MECD - Ministerio de Educación, Cultura y Deporte, <http://www.mcu.es/estadisticas/>.

Ministère de la Culture et de la Communication, www.culturecommunication.gouv.fr/Presse/.

Observatorio de la Lectura y el Libro, www.mcu.es/libro/docs/MC/Observatorio/.

Plano Nacional de Leitura, www.planonacionaldeleitura.gov.pt.

PORDATA, <http://www.pordata.pt>

Portal da Literatura, <http://www.portaldaliteratura.com>

Project Gutenberg, http://www.gutenberg.org/wiki/Main_Page

Publishers Weekly, <http://www.publishersweekly.com/>.

Quartz, <http://qz.com/29783>.

Syndicat d la Librairie Française, <http://www.syndicat-librairie.fr/fr/accueil>.

Syndicat de l’Édition Française, <http://www.sne.fr>.

The Bookseller, <http://www.thebookseller.com>.

UNESCO Courier (kook and copyright), <http://www.unesco.org/new/en/unesco-courier/in-focus/book-and-copyright/>.